

DA ABSOLVIÇÃO PELO AMOR

Renato Pardal Capistrano*

Resumo: Pode o amor redimir a existência? Partindo da visão clássica de amor expressa em *O banquete*, de Platão, buscamos aqui colocar em perspectiva as questões que se abrem nas estrofes finais dos cantos V e X da epopeia camoniana, trechos em que um sentimento de pessimismo parece distanciar o poeta de sua posição inicial de orgulho. Para a problematização dessa ruptura, propomos uma rápida análise de temas históricos e sociais do reino português no contexto do renascimento. Sem ser possível encerrar a questão nessa análise, sobressai a dissidência do poeta em relação ao pragmatismo material de seu tempo, confirmada na concepção mitológica da Natureza expressa em sua obra. A apreciação do episódio da “insula divina”, presente nos cantos IX e X do poema, e a ideia de “procriação no belo” e a contemplação da “grande máquina do mundo” surgem para resolver o problema. Resta ainda prever as reverberações desse destino em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. O que no renascentista pudemos perceber como uma solução que tendia para a ideologia de expansão da natureza nas formas interventoras de figuras mitológicas, em Fernando Pessoa revelou-se como a designação de um destino ainda (ou novamente) porvir.

Palavras-chave: Amor. Mitologia. Redenção Estética.

ABSOLUTION BY LOVE

Abstract: Can love redeem existence? Starting from the classical vision of love expressed in *The Banquet*, by Plato, we seek here to put into perspective the questions that open the final stanzas of V and X cantos of Camões epic work, *Os Lusíadas*, in which a sense of pessimism appears to distance the poet from his initial pride position. For questioning this break we propose a quick analysis of historical and social issues of the Portuguese kingdom in the Renaissance context. Being impossible to close the issue in this analysis, we show the poet's dissidence against the pragmatism of his time, confirmed in his mythological conception of nature expressed in his work. The appreciation of the episode of the "insula divina", present in the cantos IX and X of the poem, and the idea of "procreation in the beautiful" and contemplation of "the great machine of the world" come to solve the issue. At last this paper tries to predict the reverberations of that mythical destination in *Mensagem*, by Fernando Pessoa. What we could see in the Renaissance as a solution that tended to the ideology of expansion of nature in the intervening forms of mythological figures in Fernando Pessoa turned out to be in the name of a new destination still (or again) to come.

Keywords: Love. Mythology. Aesthetic Redemption.

* Doutorando em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sabemos, por antiga musa, que “todos os homens desejam procriar segundo o corpo e segundo o espírito” (PLATÃO, 1999, p.112). O relato de Platão acerca de um encontro de Sócrates com a estrangeira Diotima de Mantinea nos apresenta uma proposta de síntese para o entendimento de Eros: no despontar do desejo amoroso, há alguma coisa de divino que se alia à carnal mortalidade humana. Graças à incoercível intervenção da fatalidade do Amor, o homem é síntese: ambivalência de finito e infinito, do perdurável e do passageiro. Eros é uma força que reside na interferência do que é mortal e do que é divino. Seu estatuto coincide com um meio-termo, com algo que não participa, por exclusão ou excesso, de um polo extremo. O Amor é relação de complementaridade e, como tal, posiciona-se na busca de coisas que não são possuídas por aqueles que as desejam. Trata-se de um trabalho específico em virtude do Belo, que a visão clássica conhece como o absoluto, o cheio, o completo. Obrigada está a natureza mortal a procurar, na medida de suas forças, eternizar-se pelo alcance disto. Mas amar, diz a Sócrates a estrangeira de Mantinea, não se confunde com a posse do Belo, trata-se antes do desejo de procriação no Belo. Coisa imortal num ser mortal, o Amor não é desejo de encerramento do Belo, mas de procriação ablativa nesta ideia.

Mas muitas são as almas e vários são os peitos, e, assim, diversas são as vias que à imortalidade levam (ou desviam) os corações humanos. Alguns a procuram na faina de alcançar louvor por perigos e fadigas vencidos, alguns a procuram na defesa da família e no legado da linhagem, e outros, mais raros, se apegam em cuidar do Eterno pelo pensamento e pela poesia. Guerreiros, amantes, poetas, legisladores: todos se enredam em laços de Amor.

Segundo Diotima, se a uns compete amor mais belo e elevado, é que estão contribuindo com “o liame que une o todo a si mesmo” (PLATÃO, 1999, p. 108) de maneira a privilegiar “a parte mais importante e bela da sabedoria, [...] aquela que diz respeito à organização dos Estados e da vida doméstica, e que denominamos justiça e economia” (PLATÃO, 1999, p. 114). As obras desse amor, isto é, seus filhos, são poemas, leis, costumes: produtos do espírito que difundem a virtude e se encontram no mais elevado patamar da hierarquia dos amores.

O amor do pensamento precisa de defesa, depende de sujeitos que cuidem da memória e tratem doutamente de sua fugacidade. Como explica Diotima: “O esquecimento nada mais é do que a fuga de um conhecimento, e a reflexão, pondo uma nova recordação no lugar da que se foi, salva o conhecimento, dando a impressão de que ele permanece sempre o mesmo” (PLATÃO, 1999, p. 113).

Em sua força de esvaecimento, o olvido tem a capacidade de apagar nossos pensamentos, como que os tornando mortais. A memória, por sua vez, é um trabalho que nos garante a impressão de imortalidade aos pensamentos, já que por meio dela, tornamos presentes ideias que se julgavam ausentes da vida. Memória é trabalho para o mais alto amor.

A escala dos amores obedece a uma gradação que parte, em seu aprendizado, da beleza particular dos corpos físicos para a beleza das ideias abstratas, até se erguer a uma contemplação da Beleza em si, idêntica a si mesma e eterna, sendo preferencialmente preciso, aos interessados em conhecer os mistérios de Eros, uma iniciação mediada por um guia já experimentado.

O que dissemos parece associar-se, no teor dos valores que veicula, com as críticas que encontramos pelas estrofes finais dos Cantos V e X de *Os Lusíadas*, respectivamente,

Em fim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente
Da lácia, grega ou bárbara nação,
Senão da portuguesa tão somente
Sem vergonha o não digo: que a razão
D’algum não ser por versos excelente
É não se ver prezado o verso e rima
Porque quem não sabe a arte não na estima (LUS., V, XCVII, I-VIII).

Por isso, e não por falta de natura,
Não há também Virgílios nem Homeros;
Nem haverá, se este costume dura,
Pios Enéas nem Aquiles feros (LUS., V, XCVIII, I-IV).

e

No mais, Musa, no mais, que a lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cubiça e na rudeza
Dua austera, apagada e vil tristeza (LUS., X, CXLV, V-VIII).

Que sentimento pessimista será esse a mover o poeta para uma curva de afastamento de sua proposição inicial? Encontraremos explicação se buscarmos alguma correlação entre sua postura e a situação histórica de seu país? O que o renascimento português, em plena explosão de descobertas marítimas, pode atestar de significativo a esta dúvida?

Joaquim Barradas de Carvalho, no conciso ensaio *O renascimento português (em busca de sua especificidade)*, partindo de uma seleta de obras representativas do que se conhece como “literatura portuguesa de viagens”, dos séculos XV e XVI e “literatura científica e técnica” que

àquela se associa, intenta uma definição conceitual para o tema que marca o despontar histórico da expansão imperial de Portugal. Para tanto, distingue dois vocábulos a fim de erradicar sua ambiguidade: trata-se dos conceitos de humanismo e renascimento. O renascimento tem seu fato essencial nos descobrimentos marítimos, enquanto o humanismo se guia por um esforço de destacar a dignidade e o valor do espírito humano, estabelecendo um nexos entre as culturas clássica e moderna (CARVALHO, 1980, p. 9). E para caracterizar a situação portuguesa, Carvalho (1980, p. 9) afirma que:

Evidentemente, o conceito de renascimento é muito mais amplo do que o conceito de humanismo. Assim haverá renascimentos mais ou menos humanistas. Haverá renascimentos nos quais o conceito de humanismo cobre quase inteiramente o conceito de renascimento. Haverá renascimentos nos quais o conceito de humanismo não cobre senão uma pequena parte, algumas vezes mesmo muito pequena, do conceito de renascimento. Ora, parece-nos que este último é indiscutivelmente o caso de Portugal (CARVALHO, 1980, p. 9).

Na trilha da preparação do movimento de expansão marítima, o autor destaca a revolução de 1383, que se insere no quadro português com a relevância de ser “a primeira revolução burguesa da história da Humanidade à escala de uma nação” (CARVALHO, 1980, p.13). A esse fato coloca como consequência direta a conquista de Ceuta, em 1415, e, esquematicamente, traça um vetor para conduzir o movimento dos grandes descobrimentos. Esse vetor está na propriedade de as expansões inscritas a partir da dinastia de Avis representarem “uma empresa da burguesia comercial e não uma façanha da nobreza cavaleiresca” (CARVALHO, 1980, p. 14).

Devemos esclarecer que o ensaio, deliberadamente, não trata da epopeia camoniana – seu objetivo principal é indicar, dentre uma amostra da literatura de viagens, os autores mais representativos para um marco histórico de referência ao peso da Idade Média e à projeção para a modernidade. É nesse sentido que os nomes de Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro¹ são salientados como escritores mais representativos do Renascimento português. A conclusão final de Barradas de Carvalho (1980, p. 40) não se exime, no entanto, de uma referência explícita ao autor da epopeia:

Camões, falando dele próprio em *Os Lusíadas*, define a sua vida, escrevendo: “Numa mão sempre a espada e noutra a pena”. Podemos dizer a mesma coisa

¹ Nomes que, como salienta Joaquim Barradas de Carvalho, são citados por Camões no poema (*Lus.*, I, XIV e *Lus.*, X, LXVII).

para Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro: numa mão sempre a espada e noutra a pena. A espada do cavaleiro medieval; a pena do cientista, do técnico moderno. A espada ao serviço da nobreza, a pena ao serviço da burguesia... (CARVALHO, 1980, p. 40).

Ocorre, porém, que a caracterização dessa partição entre força militar e força intelectual, respectivamente engajadas pela nobreza e por uma burguesia que “acaba de nascer, ainda indecisa, ainda sem consciência da sua existência como classe social” (CARVALHO, 1980, p. 18), não diz respeito à situação de Camões, mas sim, como é óbvio, ao movimento social mais representativo da época.

Dessa maneira, a dúvida que levantamos persiste.

Sentimo-nos mais à vontade agora para introduzir a consideração de António José Saraiva quanto ao problema da “ideologia oca” presente na epopeia camonianiana. Saraiva inicia a defesa desta proposta fornecendo subsídios históricos para a ocorrência da forma literária de uma epopeia em Portugal. Como parâmetro antitético, numa oposição de polos diametralmente opostos, coloca em seu balanço a forma romanesca inaugurada pelo Quixote, de Cervantes.² O passo seguinte de Saraiva é determinar a situação social de Portugal no momento histórico em que se dá a publicação de *Os Lusíadas*:

Trata-se de uma sociedade em que o poder e a riqueza se acham concentrados nas mãos de uma pequena oligarquia de magnates muito consideráveis, oriundos da grande nobreza, flanqueados de alguns poderosos capitalistas protegidos pelo rei; em que os dirigentes eram recrutados principalmente no seio da nobreza; em que o povo miúdo não tinha intelectuais nem dirigentes; em que os grupos produtivos se reduzem em favor de grupos parasitários, ou fossem leigos – o séquito e a criadagem do rei e dos principais senhores – ou fossem eclesiásticos (SARAIVA, 1972, p. 167).

O quadro que elabora é emoldurado por uma legenda que vaticina o pertencimento dos valores dominantes de uma sociedade, isto é, sua ideologia dominante, à classe que nela também é dominante, e, como dirá mais adiante “os homens têm necessidade de teoria quase como têm necessidade de pão” (SARAIVA, 1972, p. 176). O crítico adianta sua tese para a noção de que a

² Enquadrando historicamente a conquista de Ceuta em vinculação legitimadora de guerra santa, Saraiva diz que a expansão rumo ao Oriente seguiria numa continuidade de “luta contra o inimigo de Cristo”, já que o islamismo se alongava também pelo território sul da África e da Índia. Fornecia-se assim uma matéria épica peculiar a Portugal e talvez render a *Os Lusíadas* um significado ibérico avesso àquele registrado pelo Quixote.

ideologia da nobreza que está veiculada em *Os Lusíadas* afasta-se da realidade social de sua época e perde com isso sua capacidade de adaptação. Para reforçar essa proposta, aponta para a ausência de exotismo que as terras do Oriente trazem pela caracterização do poeta. O que se dá, segundo Saraiva, é uma redução das experiências passadas pela esquadra do Gama no Oriente a uma visão de mundo formalmente estreitada pelos eixos da ideologia cavaleiresca, ou mesmo feudal. A acusação de Saraiva pretende assim aproximar a estrutura ideológica de *Os Lusíadas* daquela presente no romance de Cervantes:

Da mesma forma que D. Quixote projetava na realidade que o envolvia as suas leituras romanescas, Camões, entre a costa oriental da África e a costa chinesa, até Macau, região que frequentou durante quinze anos, parece não ter visto senão o que tinha aprendido na escola, na corte e nos seus clássicos (SARAIVA, 1972, p. 169).

A questão central que o autor da *História da Literatura Portuguesa* quer atingir é o relacionamento da ideologia presente em *Os Lusíadas* e a manutenção de um regime de poder que, a seu ver, já está desgastado, mas que não encontra rival pela ausência de setores sociais que possam se organizar e laçar em torno de si uma proposta ideológica distinta. Trata-se de um problema oriundo da crítica literária sociológica, que busca entender nos versos da epopeia uma função social realizada, conscientemente ou não pelo autor. O problema da “ideologia oca” se delinea no questionamento da medida em que os valores publicados em *Os Lusíadas* relacionam-se com a vida prática e a crença geral da sociedade portuguesa de seu tempo, ou com uma crença “fechada sobre si mesma” e sem respaldo possível na sociedade.

A conclusão de Saraiva é tão surpreendente que destrói sua própria proposição inicial e realoja a epopeia camoniana em relação ao romance de Cervantes para uma relação não mais de oposição bipolar. A aproximação executa uma conciliação do poema de Camões com os ideais de D. Quixote e tende a sobressaltar o desajuste do poeta, em sua sensibilidade renascentista, com os valores ideológicos de seu tempo: é um dissidente a partir de sua concepção mitológica da Natureza, vislumbrando um panteísmo imanentista que não traduz uma alegoria, mas uma verdade profunda e estrutural.

Diante da crítica de Saraiva, a absolvição da obra, se assim pudermos nos expressar, deve se dar no plano estético e no conflito de duas crenças: a mitologia e a ideologia cristã, pois, no plano social, o que Saraiva percebe é um vácuo em que o som da Musa não se propaga. O que traz propiciamente à memória a consideração de Vilma Areas, no ensaio *Os Lusíadas ou a navegação*

desventurosa, no qual, ao analisar a construção do poema, a autora põe em perspectiva duas viagens: a do objeto narrado, ou seja, aquela realizada pela esquadra de Vasco da Gama; e a do sujeito narrador, isto é, a própria feitura do poema em sua “insólita estrada”. Tomando como partida as tensões opostas entre as figuras de Baco e Vênus, Lusos e Mouros, Fama e Infâmia, a autora percebe a origem de uma fissura na empreitada do sujeito narrador, quando este, em excursão do trabalho de narrar, reflete sobre os costumes de pouca atenção da política de seu país com relação à cultura literária.

Se o termo mediador, o poeta, desliza do pólo da Fama para o da Infâmia, isto significa uma inversão correlativa entre valor de função e valor de termo, isto é, Fama, anteriormente função do termo poeta, navegantes, reis, etc, passa a ser termo regido por uma função construída por inversão: aduladores, gente rude, os “infíeis”, em suma, que de vencidos, passam a vencedores (AREAS. 1980, p. 178,).

O problema da navegação desventurosa curiosamente dispensa o destino dos lusos para uma posição semelhante à do monstruoso gigante Adamastor.

O que poderia salvar a tragédia estética do poema? Que prêmio garantiria a absolvição da “lusitana gente” a um destino fadado ao rebaixamento “dũa austera, apagada e vil tristeza”? (*Lus.*, X, CXLV, VIII). Se aceitarmos que a ideologia de *Os Lusíadas* se adequa às formas da classe dominante do período absolutista, não poderemos procurar a resposta em outra perspectiva senão a da intenção persuasiva – e submissa – que se expressa na dedicatória endereçada ao monarca D. Sebastião. No entanto, dentro da estrutura mitológica que o poema constrói, há aparentemente um movimento principal que realiza a consagração dos marinheiros e dos “barões assinalados” da esquadra de Vasco da Gama. Ocorrência fantástica que lhes garante a conquista daquilo que, ao longo de todo o decorrer da viagem náutica, Baco tentou lhes afastar e que por isso defende a realização da proposição do poema. Falamos do episódio da “insula divina”, encontrado nos cantos IX e X do poema.

Quem organiza, no plano mitológico, a preparação desse prêmio é o filho da deusa Vênus, “por cuja potestade/ os deuses faz descer ao vil terreno/ E os humanos subir ao céu sereno” (LUSÍADAS, IX, XX, VI-VIII). Já em sua apresentação, notamos uma aproximação daquela noção de força daimônica que Diotima dedica a Eros: seu lugar está na interferência do que é divino e do que é mortal, na comunicação desses dois polos. A semelhança permanece ainda na escolha do local onde Vênus encomenda a Cupido o aparelhamento do prêmio destinado aos lusitanos. É no meio das águas, junto às aquáticas donzelas, as nereidas, ninfas marítimas, que se deve implantar a ilha

em que se ofertarão os deleites de amor aos navegantes. Esse posicionamento deve refletir o aspecto relacional do próprio amor. Dando-se no mar, está situada em uma região que é por excelência uma região de passagem, de movimento. Não é um lugar em si, mas um entre-lugar, quer dizer ocupa o estatuto de ponto médio entre a partida e a chegada, entre o despontar do desejo e o objeto desejado.

A empreitada de Cupido e das tropas que reúne suporta declaradamente uma ação corretora. Vai sua “expedição/ contra o mundo revelde, por que emende/ erros grandes que há dias nele estão,/ amando cousas que nos foram dadas/ não pera ser amadas, mas usadas” (LUSÍADAS, IX, XXV, V-VIII). A ação do amor aqui comporta também uma função de justiça, pois cabe a sua capacidade corretora incidir sobre a “fea tirania” em que “leis em favor do rei se estabelecem;”(Lus. LUSÍADAS, IX, XXVIII, VII) e “as em favor do povo só perecem” (LUSÍADAS, IX, XXVIII, VIII).

Podem se dar, contudo, os casos em que os amores nascentes da artilharia criem desconcertos: é o perigo ambivalente do Amor que “entre o povo ferido miserando; e também nos heróis de altos estados/ exemplos mil se vêem de amor nefando” (LUSÍADAS, IX, XXXIV, IV-VI). Em relação à doutrina de Diotima, tais ocorrências talvez se deem justamente pela ausência de uma iniciação equilibrada no Amor. A requisição de Vênus, porém, expressa uma intenção específica que afasta este perigo. Cupido deve garantir aos lusitanos o prêmio e a “doce glória/ do trabalho que faz clara a memória” (LUSÍADAS, IX, XXXIX, VII-VIII). A ligação do Amor com a perpetuação do pensamento pelo trabalho da memória é definidora da intenção da deusa em conceder aos navegantes aquele prêmio de atingir uma caracterização que tange a imortalidade: o divino.

Cupido, então, convoca a Gigantea Fama a se unir na empresa encomendada por Vênus. Partem assim para alvejar as ninfas do mar e prepará-las para a recepção destinada aos marinheiros.

Pela consagração e deleites experimentados na Ilha, os homens da esquadra de Vasco da Gama alcançam o mais alto patamar do caminho da virtude. Em seus conúbios com as ninfas do mar, prometem ao mundo uma linhagem de descendentes sublimados pelo sangue divino e pela extraordinária qualidade dos homens que realizaram a façanha de atingir, por tão perigosa rota, o Oriente. A ideia de procriação no Belo, sem o acarretamento de sua posse, ganha assim lugar especial no poema, porque os marinheiros não restarão na Ilha, mas retornarão a seu porto de partida na Europa, após a efetuação dos laços amorosos com as ninfas.

Outra ocorrência fantástica que parece prometer a salvação da proposição do poema está na revelação que a ninfa Tétis permite ao capitão Vasco da Gama. Guiando-o para o alto de um dos

cumes da Ilha dos Amores, a ninfa lhe apresenta “a grande máquina do mundo” (LUSÍADAS ,X, LXXX, I), um conjunto de orbes que representam a concepção cósmica da totalidade do universo, e que permitem a contemplação da Beleza absoluta que é o próprio Deus em sua perfeição.

A contemplação da Beleza em si é descrita por Diotima de Manteneia como o ápice da escala de aprendizagem proposta para o conhecimento do Amor. Em suas últimas palavras confessadas a Sócrates, a estrangeira faz interrogações que parecem de fácil apropriação a Vasco da Gama:

Que devemos pensar de um homem ao qual tivesse sido dado contemplar a beleza pura, simples, sem mistura, a beleza não revestida de carne, de cores, e de várias outras coisas mortais e sem valor, mas a Beleza Divina? Achas que não teria valor a vida daquele que elevasse seu olhar para ela e a contemplasse, e com ela vivesse em comunicação? Não te parece que vendo assim adequadamente o belo, esse homem seria o único a poder criar, não sombras de virtude, mas a verdadeira virtude, uma vez que se encontra em contato com a verdade? Ora, para aquele que em si cria e alimenta a verdadeira virtude é que vão os favores e o amor dos deuses, e, se é dado ao homem tornar-se imortal, ninguém mais do que esse o consegue! (PLATÃO, p. 1999, p. 117).

A maneira de salvar o poema parece ser, junto com a contemplação de Vasco da Gama e da procriação dos navegantes no belo entre-lugar da Ilha dos Amores, acreditar na promessa de Diotima e manter uma esperança pela derivação do Amor entre os lusitanos, eternamente.

Mas será possível encontrar essa ressonância no futuro?

A aventura salvadora dos navegantes, a conquista dos mares e o conhecimento mítico do mundo, a ascensão pelos amores: sobreviverão estas relíquias na alma do povo dos “barões assinalados”? Para concluir o presente trabalho, buscaremos brevemente a permanência desse destino consagrado em quatro poemas de “Mar Portuguez”, segunda parte da *Mensagem*, de Fernando Pessoa.

António Cirurgião, na introdução do livro *O ‘olhar esfíngico’ da Mensagem de Pessoa*, aponta para o diálogo existente entre a epopeia camoniana e a obra desse poeta do século XX. A intertextualidade presente em *Mensagem* propõe uma visão messiânica para o futuro de Portugal e encaminha um motivo de “regresso à Idade de Ouro” (CIRURGIÃO, 1990, p. 19).

A segunda parte do livro de Pessoa, “Mar Portuguez”, traça um roteiro mítico e histórico da ascensão, da queda e do desejo de restauração do império marítimo lusitano. O poema que a inicia, “O Infante”, associa sua significação aos fatos que deram origem ao próprio Estado nacional e

mescla a independência de Castela à vontade divina (a luta cruzada contra os mouros) em favorecer a expansão marítima. A estrofe final desse poema já adianta o problema do crepúsculo daquele Império, conclamando a perene vontade daquele mesmo senhor fundador para a realização do Quinto Império.

O poema seguinte, “Horizonte”, terá uma importância maior na observação que pretendemos. Indica o alcance do infinito, a redução da distância que separava o sonho dos homens, e prepara o prêmio da iniciação no conhecimento do oculto, isto é, “os beijos merecidos da Verdade”. A figura poética da flor parece simbolizar a disposição à fecundidade reservada àqueles que, no caminho da virtude, vencem as tormentas e a noite, atestando assim uma referência ao episódio da Ilha dos Amores e à ideia de procriação no Belo.

Nos beijos de consagração dedicados ao sujeito lírico do poema (o “nós”, que no primeiro verso representa o povo português) talvez esteja a anunciação da gestação de frutos polinizados no néctar do conhecimento e nos lábios da deusa que se opõe ao esquecimento (a verdade, que em grego se diz *alethéa*, antítese da própria irmã, Letes, que rege a “lei letea” (LUSÍADAS., VIII, XXVII, VIII)). O horizonte, como linha de separação entre o mundo e o abismo aproxima-se simbolicamente da definição que se encontra no *Banquete* para o Amor: “liame que une o todo a si mesmo”. Alcançado, não somente pela quilha das naus, mas pela sola dos calçados lusitanos, ele confere, em seu contato, a realização daquele objeto tão fugaz que é o Universo.

Mais à frente, n’ *O Monstrego*, quarto poema da segunda parte do livro, Pessoa organiza uma estrutura de narração e drama em que projeta o confronto do “homem do leme” contra uma figura grotesca que se ergue no limite do mar. Resguardando o conhecido e o oculto, o até então permitido e o proibido, o monstrego retoma a imagem do Adamastor camoniano e, nas perguntas que dirige ao navegador temeroso e irresoluto, parece desafiar a empresa náutica portuguesa. Sua função mítica liga-se à fala esfíngica que Édipo precisou derrotar para seguir o curso de seu destino (CIRURGIÃO, 1990). Respondendo duas vezes com uma metáfora de si na figura do monarca D. João II, o navegador encerra a disputa contra o monstro por uma metonímia: “Aqui ao leme sou mais do que eu:/ Sou um povo que quer o mar que é teu” (PESSOA, 1998, p. 56). A identidade do destino de seu povo consolida-se assim em junção ao projeto de expansão marítima requerido pela vontade do soberano.

Por um viés antagônico, *Os Colombos* serão um poema que também trarão uma visão coletiva das façanhas náuticas portuguesas. É que a tonalidade do sexto poema da segunda parte da

Mensagem, caracteriza-se por uma lamentação, um sentimento de perda. O penhor que consola essa consciência está no orgulho do privilégio reservado unicamente aos portugueses pela primazia de suas descobertas. A glória de lançar-se ao oculto, à dianteira dos demais, assemelha-se à glória da criação e parece revelar uma verdade: aqueles que, após o declínio das forças de expansão dos portugueses, têm o que estes houveram de perder, não são mais que inquilinos da glória dos primeiros. Ainda que encoberta pela História, a missão sagrada de Portugal permanece.

A ressonância que pretendemos encontrar daquela salvação estética empreendida por Camões vai se esboçando assim, mas de certa forma transformada, na *Mensagem* de Pessoa. O que no renascentista pudemos perceber como uma solução que tendia para a ideologia de expansão da natureza nas formas interventoras de figuras mitológicas, em Fernando Pessoa revela-se como a designação de um destino ainda (ou novamente) porvir. Se quisermos verificar uma incidência mais precisa, a persistência do conhecimento do Amor pode ser apontada na primeira estrofe do poema *O Quinto Império*:

Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar! (PESSOA, 1998, p. 76).

A lição que se pode tirar da absolvição pelo Amor parece ser a mesma que confessara Diotima a Sócrates: não se trata de possuir o Belo, mas de reproduzir e expandir em sua ideia, e, aliás, não tão-só na poesia.

Referências

AREAS, Vilma Sant'Ana. Os lusíadas ou a navegação desventurosa. **Revista camoniana**, São Paulo, n. 3, p. 167-178, 1980.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O renascimento português** (em busca de sua especificidade). Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1980.

CIRURGIÃO, António. **O “olhar esfíngico” da mensagem de Pessoa e a concordância**. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Organização de Fernando Cabral Martins).

PLATÃO. Banquete. **Diálogos I**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SARAIVA, António José. “Os Lusíadas, o Quixote e o problema da ideologia oca”. In: _____.
Para a História da cultura em Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.